

Data-base 2013 termina com avanços para a categoria

Depois de três meses de negociação, jornalistas aprovaram a proposta do acordo da data-base 2013. Na última consulta, realizada no fim de maio, 92% dos profissionais das redações aprovaram a proposta conjunta no SJPDF e do sindicato patronal. Neste ano, conforme estipulado no Acordo Coletivo 2012/2014, a negociação tratou apenas das cláusulas econômicas (reajustes e auxílios).

Os avanços da data-base 2013 ficaram na Participação nos Lucros e Resultados (também conhecida como abono). O valor pago será correspondente a 35% do salário-base (5 horas), com o piso chegando a R\$ 1.400,00 (aumento de 16,6% em relação ao ano passado) e o teto a R\$ 2.000,00 (aumento de 11,1%).

O auxílio-creche foi reajustado em 13%, indo para R\$ 339,00 por filho, conforme pauta de reivindicação inicial da categoria. O mesmo índice foi garantido ao seguro de vida. Já o piso salarial foi unificado conforme acertado na negociação de 2011 e ficou no valor de R\$ 1.950 para 5 horas, R\$ 2.613 para 6 horas e R\$ 3.276 para 7 horas.

A cláusula do reajuste salarial foi fechada com o índice da inflação (7,22%, o INPC). Para Leonor Costa, 1ª Tesoureira do SJPDF, o resultado ainda está distante do que foi pleiteado pela categoria. "A diretoria do sindicato manteve a pressão e cobrou em todas as rodadas, mas essa foi a proposta possível de fechar, diante da postura dos



Foto: Arquivo SJPDF

Jornalistas participaram ativamente das consultas às redações

patrões de não querer avançar na negociação do reajuste salarial", afirma.

Um dos quesitos que foi ponto de muita divergência durante a negociação foi o vale-alimentação. A proposta da categoria era estipular que este benefício constasse no Acordo Coletivo e que atendesse um valor mínimo de R\$ 20,00 por dia. Os patrões se recu-

saram a dar prioridade ao assunto. "Os patrões não se entendem sequer entre si sobre o tema. O impasse nos aponta um caminho de negociações empresa por empresa, com maior mobilização dos respectivos trabalhadores, incluindo instrumentos mais duros de pressão, como paralisações", ressalta Lincoln Macário, presidente do SJPDF.

Proposta conjunta: Laboral - Patronal

Reajuste salarial	7,22%
Participação nos Lucros e Resultados (PLR)	35% do salário-base de 5 horas, com teto de R\$ 2.000,00 (aumento de 11,1%) e mínimo de R\$ 1.400,00 (aumento 16,6%)
Auxílio-alimentação	Mantida a cláusula atual que assegura o Programa de Alimentação do Trabalhador para quem recebe até 12 salários mínimos
Auxílio-creche	R\$ 339,00 por filho (aumento de 13%)
Seguro de Vida	R\$ 11.300,00 acidental (aumento de 13%) e R\$ 6.780,00 morte natural ou invalidez permanente (aumento de 13%)

Aprovar a PEC do Diploma na Câmara

Foto: Waldemir Barreto



Dia da aprovação da PEC no Senado, agora a matéria está na Câmara.

Os sindicatos de jornalistas, entre eles o SJPDF, e a Fenaj se mobilizam para acelerar o processo de apreciação da PEC do diploma na Câmara. A proposta tem o objetivo de restituir a exigência da for-

mação superior para o exercício da profissão de jornalista.

A matéria está parada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados desde agosto do ano passado.

Foi lançada uma nova fase da campanha pela aprovação da proposta com o slogan "Agora é na Câmara!". O maior objetivo é sensibilizar os deputados sobre a importância da matéria. Os sindicatos estão procurando parlamentares de seus estados para angariar o apoio à PEC. Aqui, o SJPDF também está em diálogo com os oito deputados federais sobre o assunto. Ajude nessa luta entrando em contato com o seu deputado e manifestando apoio à proposta.

Outra forma de contribuir é por meio do abaixo-assinado virtual que está disponível na internet no link <http://www.peticaopublica.com.br/?pi=P2011N8603>. Ajude a divulgar essa luta para outros jornalistas. Essa mobilização só será vitoriosa se contar com a participação de todos e todas.

Revisão do Plano de Carreiras da EBC

Foto: Wanderlei Pozzembom



Empregados da EBC participam de assembleia do PECS

Depois de muita pressão por parte dos funcionários, finalmente teve início a revisão do Plano de Empregos, Carreiras e Salários (PECS) da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

A primeira etapa será de diagnóstico e levantamento das demandas e necessidades da empresa. A segunda será de redesenho do plano. Nesta, haverá: (1) a redefinição dos cargos,

empregos e carreiras, (2) o estabelecimento dos mecanismos e progressão na carreira, (3) a formatação do piso e da tabela salarial, e (4) a modelagem de como se dará a transição do plano atual para o futuro.

Os sindicatos dos jornalistas e radialistas do DF e a Comissão de Empregados da EBC cobraram junto à empresa o compromisso assumido em

novembro de 2012 de garantir a participação dos trabalhadores em todo o processo. Isso passa pela presença no grupo de modelagem, pela apresentação de contribuições durante as etapas e pelo diálogo sobre a definição de cada momento da etapa (os chamados produtos que serão entregues pela empresa contratada para prestar consultoria, a FIA, e validados pela direção da EBC).

Foi criado um Grupo de Trabalho dos empregados da empresa (GT PECS-EBC), que se reúne às segundas-feiras. Os trabalhadores realizaram uma primeira assembleia no dia 18 de junho para fazer uma avaliação do plano atual e do que precisa ser alterado. Essas contribuições serão transformadas em um documento que será apresentado à empresa e à FIA. O procedimento será repetido nas demais etapas da revisão.

Expediente

EXECUTIVA: Presidente: Lincoln Macário; Vice-Presidente: Wanderlei Pozzembom; Secretário Geral: Jonas Valente; 1º Secretário: Juliana Cezar Nunes; 2º Secretário: Alan Marques; Tesoureira: Leonor Costa. SUPLENTE: Iano Crosy Mascarenhas de Andrade, Daniel de Souza Neves Hora, Antonio Amaro da Silva Júnior, Akemi Nitahara Souza e Carlos Alves Moura. CONSELHO FISCAL: Luis Augusto Soares Gomes. SUPLENTE: Ronaldo Santos Alves, Jorge Luiz dos Reis Brum. COMISSÃO DE ÉTICA SUPLENTE: Thiago Sousa Interaminense, Lecino Ferreira da Silva Filho. COMISSÃO DE LIBERDADE DE IMPRENSA: Janaina Araújo, Carla Lisboa, Mayrá Lima, Gésio Passos, Jacson Segundo. SUPLENTE: Deraldo Goulart, Márcio Leal, Lúcio Mello, Fábio Marçal, Sandra Lefcovich.

BOLETIM INFORMATIVO DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO DF

Edição: Jonas Valente | Redação: Gisliene Hesse COLABORARAM: Wanderlei Pozzembom DIAGRAMAÇÃO: Helena Martins SIG Quadra 2 lotes 420/430/440 - City Offices Jornalista Carlos Castello Branco - Cobertura C13 Tel:33432251 | Fax:33431317 | www.sjpdf.org.br | sjpdf@sjpdf.org.br

Demissões atingem sucursais no DF

Nos cinco primeiros meses do ano, demissões em massa assolaram redações de jornais como Estado de S. Paulo, Valor Econômico, Folha de S. Paulo, Brasil Econômico e Caros Amigos.

Segundo a Agência Pública, somente em São Paulo foram 280 demissões de janeiro a abril deste ano, 37,9% a mais que no mesmo período de 2012, quando foram contabilizadas 203 dispensas.

As sucursais do Distrito Federal também foram atingidas pelos cortes. O Estadão, por exemplo, demitiu cinco profissionais, entre eles jornalistas com vasta experiência e prestígio. A diretoria do SJPDF atuou junto ao processo movido na Justiça do Trabalho em São Paulo para garantir indenização aos

profissionais. Com a negativa do Tribunal Regional do Trabalho paulista, ingressou com ação semelhante na Justiça do Trabalho do DF.

As dispensas também chegaram às redações da Folha de S. Paulo e do Valor Econômico. No dia 1º de abril, o premiado fotógrafo e então coordenador de fotografia da Folha, Lula Marques, comemorou 26 anos na publicação. No fim do dia foi avisado de que não precisaria mais voltar.

"É revoltante a forma como as empresas têm tratado trabalhadores que doaram tanto tempo de suas vidas a elas. E ainda jogam a culpa na economia, sem assumir responsabilidade pela gestão de seus negócios", afirma Jonas Valente, secretário-geral do SJPDF.

Comissão da Verdade do SJPDF recolhe dados para relatório Nacional



Foi instituída em março, pela diretoria do SJPDF, a Comissão da Memória e Verdade do Sindicato. Ela tem como objetivo apurar casos de violações de direitos humanos praticados contra jornalistas na capital do país durante a ditadura militar. Já

foram colhidos depoimentos de oito jornalistas de Brasília.

As declarações desses profissionais servirão de base para o relatório que a Comissão do DF deverá elaborar e entregar à Comissão da Verdade, Memória e Justiça dos Jornalistas Brasileiros, da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) – que atua em parceria com a Comissão Nacional da Verdade do governo federal.

As entrevistas, todas elas gravadas em vídeo, têm o objetivo de recuperar a história dos jornalistas que foram mortos, perseguidos, ameaçados, condenados, presos, torturados ou exilados durante a ditadura militar. Entre os depoimentos que já foram recolhidos pela Comissão

estão os dos seguintes jornalistas: Hélio Doyle, Armando Rollemberg, Moacyr de Oliveira (Moa), Luiz Humberto Martins Pereira, Carlos Alberto Almeida (Beto Almeida), Antonio Carlos Scartezini, Rubem de Azevedo Lima, Evandro Paranaguá e Luiz Cláudio de Moraes Pinheiro.

A **Comissão Nacional da Verdade** objetiva investigar violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil por agentes do estado. A comissão tem convocado vítimas ou acusados das violações para depoimentos, bem como tem analisado arquivos do poder público sobre o período, mas não terá o poder de punir ou recomendar a punição dos acusados de violar direitos.

Mais de 90% aprovam as revisões

Foto: SJPDF



Equipe do SJPDF na apuração dos votos do Plebiscito dos estatutos

Em plebiscito realizado em maio, a categoria aprovou a proposta de revisão dos estatutos do Sindicato dos Jornalistas do DF e do Clube da Imprensa. De 867 jornalistas em dia (entre adimplentes no início da vota-

ção e pessoas que se regularizaram e puderam participar), 464 votaram (mais do que a maioria absoluta estipulada como quórum). Desse universo, 418 (90,1%) foram favoráveis à alteração e 46 contrários (9,9%).

Já no caso da avaliação sobre a atualização do estatuto do Clube da Imprensa, 466 jornalistas depositaram o voto nas urnas. Desses, 425 (91,2%) se manifestaram pela proposta de mudança e 41 contra (8,8%).

Fique por dentro das mudanças

Diretoria colegiada

Uma das principais transformações será a mudança da diretoria de presidencialista para colegiada. O novo texto do estatuto estabelece que a diretoria tenha uma executiva para tomar decisões mais urgentes e será formada por sete coordenações: geral; administração; comunicação; formação; condições de trabalho; jurídica e cultura, esporte e lazer. “Esse novo modelo deixa a gestão mais democrática e desconcentra atribuições que antes ficavam somente

na figura do presidente. As responsabilidades serão melhor divididas e teremos uma flexibilidade maior para substituir integrantes”, afirma Lincoln Macário, presidente do SJPDF.

Mais transparência

O novo estatuto garante mais transparência para a gestão, pois toma o Conselho Fiscal autônomo. Ele também adequa a Comissão de Ética às regras nacionais, aprovadas no congresso da categoria de 2006. As eleições serão feitas juntamente à da diretoria, mas os candidatos ao Conselho e à Comissão serão avulsos.

“Conselheiros fiscais eleitos de forma separada da diretoria terão mais condições de fiscalizar as contas do sindicato. Eles terão mais independência para cumprir essa função, garantindo mais transparência e imparcialidade na análise. Não tenho dúvida de que a mudança é um marco importante na transformação de concepção sindical que essa gestão conseguiu implementar. Essa mudança mostra que estamos cumprindo com o compromisso de fazer uma gestão mais progressista que as anteriores”, explica Leonor Costa, 1ª Tesoureira do SJPDF.

dos estatutos do SJPDF e do Clube

Facilidades para o associado participar

O novo texto facilita a participação dos filiados ao retirar restrições que existiam no estatuto antigo. É o caso da possibilidade de desligamento de quem atrasasse a contribuição sindical por mais de três meses.

“Tínhamos restrições que mais afastavam o associado do que aproximavam. Com o novo texto favorecemos a aproximação e reaproximação dos associados, o que é

fundamental para ter um sindicato forte”, comenta Jonas Valente, secretário-geral do Sindicato.

Integração das diretorias do SJPDF e do Clube

A revisão também integrou as eleições para as diretorias do Sindicato e do Clube da Imprensa. As nominatas (listas de nomes com os respectivos cargos) poderão ser diferenciadas, mas a inscrição deverá ser feita em chapa única. Ou seja, um grupo que quiser concorrer à diretoria

do SJPDF também terá que disputar a direção do Clube, e vice-versa. “Isso vai proteger o Clube para que não tenhamos novamente casos de más gestões que acumulam dívidas e podem colocar esse importante patrimônio em risco”, afirma Lecino Filho, diretor do SJPDF.

Os jornalistas interessados em conhecer todas as mudanças poderão acessar os novos textos no site do SJPDF. A nova versão dos estatutos também serão enviadas por correio aos associados.

Cojira-DF discute ações para a população negra no mercado de trabalho

Foto: Sindicato dos Bancários do DF



Público marcou presença no evento realizado pela Cojira-DF

No dia 13 de maio, Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo e aniversário de 125 anos da promulgação da lei que aboliu a escravidão no país, a Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Distrito Federal (Cojira-DF) realizou o debate “Abolição 2013: ações afirmativas para a população negra no mercado de trabalho”.

O evento reuniu especialistas da socie-

dade civil, do Poder Público e da academia para discutir a regulamentação da Lei 12288/10, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial. Em seu artigo 39, a norma prevê: “O poder público promoverá ações que assegurem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para a população negra, inclusive, mediante a implementação de medidas visando à promoção da igualdade nas

contratações do setor público e o incentivo à adoção de medidas similares nas empresas e organizações privadas”.

Na ocasião, também ocorreu o lançamento regional da terceira edição do Prêmio Nacional Jornalista Abdias do Nascimento, que objetiva estimular a produção de conteúdo jornalístico sobre a prevenção, o combate e a eliminação da discriminação racial no Brasil.

Eleições

De 16 a 18 de julho, jornalistas de todo o país poderão escolher os novos membros da direção e da Comissão Nacional de Ética da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ). Duas chapas concorrem: A Chapa 1 ("Sou jornalista, sou FENAJ") e a

Chapa 1: Fenaj lança manifesto à categoria

A chapa 1 – Sou Jornalista, Sou Fenaj, encabeçada pelo atual presidente da Federação, Celso Schröder, lançou manifesto à categoria – do Distrito Federal, são candidatos Wanderlei Pozzembom (vice Centro-Oeste) e Romário Schettino (Comissão Nacional de Ética). "O Jornalismo nem estava consolidado como atividade profissional e os jornalistas já brigavam pelo reconhecimento da profissão e por condições dignas de trabalho", destaca o manifesto.

Outro ponto lembrado no manifesto é que, cumprindo sua função sindical, a FENAJ "jamais caiu no imobilismo ou no ostracismo; esteve sempre à frente das lutas específicas da categoria e de importantes lutas do conjunto da sociedade brasileira". E continua ressaltando que "a FENAJ é a protagonista, no Brasil e no mundo, na defesa do Jornalismo como atividade essencial às democracias e do Jornalista como profissional qualificado para exercer a atividade, na perspectiva de assegurar o direito da sociedade à informação".

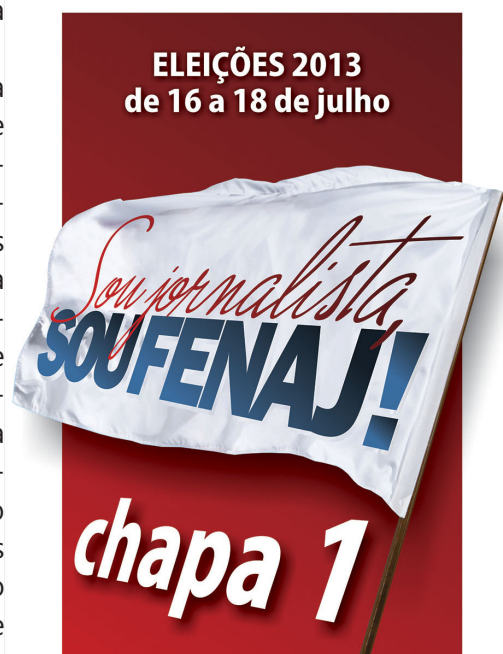
Por entender que não há bom Jornalismo sem a valorização dos jornalistas, "a FENAJ coordena as lutas nacionais por melhores salários, pela melhoria das condições de trabalho e de segurança, pelo combate à violência contra os jornalistas e a impunidade, pelo fim das fraudes nas relações de trabalho e pelo respeito ao jornalis-

ta como autor intelectual de sua obra".

O manifesto lembra ainda que a FENAJ tem participação efetiva e destacada na luta pela democratização da comunicação. "É protagonista dos principais debates acerca da comunicação", e cita a necessidade de um novo marco regulatório para o setor, que contemple a criação do Conselho Nacional de Comunicação, a regionalização da produção cultural, artística e jornalística, o disciplinamento das concessões para emissoras de rádio e TV, o combate à propriedade cruzada e a aprovação de uma nova Lei de Imprensa.

Para a chapa, "a FENAJ e os Sindicatos parceiros querem prosseguir cumprindo o seu destino: defender o Jornalismo e os Jornalistas". Assim, destaca lutas que devem prosseguir: a aprovação definitiva da PEC do Diploma, a criação do Piso Nacional dos Jornalistas, e a implementação de um Protocolo de Segurança para Jornalistas em Situação de Risco; criação do Observatório da Violência contra Jornalistas e Outros Profissionais da Comunicação e aprovação do projeto que federaliza as investigações de crimes contra jornalistas.

Para saber mais sobre a chapa 1, acesse: www.soufenaj.blogspot.com.br; facebook.com/SouFenaj e [Twitter @soufenaj](https://twitter.com/soufenaj).



Executiva

Presidente: Celso Augusto Schröder (RS)
Primeira Vice-Presidente: Maria José Braga (GO)
Segunda Vice-Presidente: Valdice Gomes da Silva (AL)
Secretário Geral: José Augusto Camargo (SP)
Primeira Secretária: Valci Zuculoto (SC)
Primeira Tesoureira: Suzana Tatagiba (ES)
Segunda Tesoureira: Samira de Castro (CE)
Primeiro Suplente: Wilson Reis (AM)
Segundo Suplente: Bruno Cruz (RJ)

Vices Presidências Regionais

Vice Centro-oeste: Wanderlei Pozzembom (DF)
Vice Sul: Valmor Fritsche (SC)
Vice Sudeste: Aloísio Moraes (MG)
Vice Nordeste 1: Rafael Freire (PB)
Vice Nordeste 2: Osinaldo Moraes (PE)
Vice Norte 1: José Gilvan da Costa (RR)
Vice Norte 2: Junior Veras (TO)

da Fenaj

Chapa 2 (Luta, FENAJ!). O processo eleitoral ocorre a cada três anos. Nele podem votar todos os jornalistas brasileiros sindicalizados até três meses antes das eleições e em dia com seus respectivos sindicatos. Conheça as chapas candidatas.

Chapa 2: Renovar a Fenaj para combater os abusos contra jornalistas

Demissões. Agressões. Ameaças. A realidade dos jornalistas, que já não era fácil, neste ano piorou muito. Grandes grupos adotam o instrumento das dispensas em massa (vulgo passarálhos) com cada vez mais frequência. Nos recentes protestos contra a redução das tarifas, jornalistas foram agredidos tanto por policiais quanto por manifestantes. E o que a diretoria da Federação Nacional dos Jornalistas fez? Pouco, muito pouco.

Quando não demitem, as empresas promovem abusos e desrespeitos. Contratações sem carteira assinada, jornadas extenuantes (sem o pagamento de horas-extras muitas vezes), baixos salários, acúmulos e desvio de função. Quem reclama ou critica é alvo de assédio moral. E o que a diretoria da Fenaj fez? Não lançou uma campanha sequer nos últimos anos.

Para muitos jornalistas, a Fenaj virou apenas sinônimo de uma carteira. Também pudera. A entidade vem se concentrando na importante tarefa da busca pela retomada da obrigatoriedade do diploma em jornalismo. Mas tem deixado de lado o combate importante aos problemas que assolam as redações. Nem uma campanha de sindicalização, iniciativa fundamental em qualquer categoria, foi realizada. Por isso é fundamental renovar a Fenaj, que está nas mãos do mes-



mo grupo há mais de 20 anos.

Propostas:

- Ações mais efetivas no combate às demissões em massa e de cobrança de medidas de segurança para jornalistas;
- Luta pela aprovação da PEC do Diploma na Câmara;
- Apresentar um projeto de lei que modernize a regulamentação profissional dos jornalistas, atualizando funções (e incluindo algumas como assessoria de imprensa e aquelas relacionadas à Internet e redes sociais);
- Realização de campanhas de combate às fraudes e relações precárias de trabalho, além da promoção de ações combinadas com a fiscalização do Ministério Público do Trabalho e as Superintendências Regionais do Trabalho;
- Lutar pela aprovação do projeto que institui o Piso Nacional dos jornalistas;
- Promover campanhas regulares de sindicalização;
- Articular a aprovação de Convenções Coletivas para os assessores de imprensa, que garanta a eles direitos hoje assegurados aos jornalistas de redações;
- Apoio à campanha "Para Expressar a Liberdade", que propõe projeto de inicia-

tiva popular da lei da mídia democrática;

- Defesa do fortalecimento das emissoras públicas e estatais como forma de diversificar a diversidade de fontes e de ampliar o mercado de trabalho dos jornalistas;
 - Contra o Fundo de Previdência da Fenaj.
- Para saber mais sobre a Chapa 2, acesse: www.lutafenaj.com.br

Executiva

Presidente: Pedro Estevam da Rocha Pomar (SP)
1a Vice-Presidente: Caroline Rejane dos Santos (SE)
2º Vice-Presidente: Paulo Roberto Ferreira (PA)
Secretário-Geral: Jonas Valente (DF)
1a Secretária: Paula Mairan (RJ)
1º Tesoureiro: Pedro Carrano (PR)
2a Tesoureira: Elida Rachel Miranda Sousa (AL)
1º Suplente: Alberto Freitas (BA)
2a Suplente: Ana Angélica de Araújo Wernick (MT)

Vices Presidências Regionais

Vice-Presidente Norte I: Ana Santos (AC)
Vice-Presidente Norte II: Alcinea Cavalcante (AP)
Vice-Presidente Nordeste I: Júlia Lopes (CE)
Vice-Presidente Nordeste II: Carlos Roberto Magalhães Numeriano (PE)
Vice-Presidente Sudeste: Talita Aquino (MG)
Vice-Presidente Centro-Oeste: Ítalo Milhom Santos Zikemura (MS)
Vice-Presidente Sul: Luciamem Caiaffo Winck (RS)

Campanha busca assinaturas para Projeto de Lei da Mídia Democrática

Foto: SJPDF



SJPDF recolhendo assinaturas para o Projeto de Lei de Iniciativa Popular em evento, em Brasília

Entidades que fazem parte da campanha “Para Expressar a Liberdade: uma nova lei para um novo tempo” lançaram o Projeto de Iniciativa Popular da Lei da Mídia Democrática. Lideradas pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), rede da qual o SJPDF também faz parte, a iniciativa visa coletar 1,4 milhão de assinaturas junto à sociedade para apresentar a proposta ao Congresso Nacional.

O projeto visa atualizar a legislação (que já possui mais de 50 anos) para dar mais equilíbrio ao setor, que hoje é concentrado em poucos conglomerados. Outro objetivo é garantir espaço para outros meios de comunicação, de veículos privados menores a emissoras públicas e comunitárias até blogs e publicações alternativas.

Para isso, a proposta propõe uma regulamentação dos artigos 220 a 223 da Constituição

Federal, que tratam da área de comunicação. Entre os itens que ainda carecem desse detalhamento está a proibição a monopólios e oligopólios, a promoção da produção independente e regional e a garantia da complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal.

Segundo Rosana Bertotti, coordenadora-geral do FNDC, o sistema de comunicação não reflete a pluralidade dos pontos de vista e a diversidade da sociedade brasileira. “Concentrada na mão de poucas famílias, a mídia brasileira não garante liberdade de expressão de forma igual para todos. Grupos sociais como trabalhadores e movimentos sociais são hoje vozes silenciadas; mulheres, negros e a população LGBT são subrepresentados e vítimas de estereótipo”, afirmou em artigo publicado na grande mídia.

Coleta de assinaturas

A sede do SJPDF é um ponto fixo de coleta de assinaturas. No site da campanha <http://www.paraexpressaraliberdade.org.br/> está disponibilizado o kit de coleta, com o Projeto de Lei e formulário para as assinaturas. As orientações de como proceder ao coletar assinaturas junto à população nas ruas, assim como todos os documentos necessários, estão no endereço <http://www.paraexpressaraliberdade.org.br/index.php/2013-04-30-15-58-11>. Qualquer cidadão pode colaborar na busca das assinaturas.

SJPDF realiza festa junina para categoria



O SJPDF promove festa junina no mês do aniversário de 50 anos da entidade. O evento é fruto da parceria entre o SJPDF, o Clube Ases - DF e o Sindicato dos Publicitários de Brasília e ocorrerá no dia 6 de julho, a partir das 16h. Comidas e bebidas típicas, bem como apresentação de quadrilha fazem parte da festa, que contará com shows da banda Squeema Seis e da dupla Pedro Paulo e Matheus.

Os jornalistas sindicalizados terão o direito a dois convites grátis. Já os ingressos serão vendidos por R\$ 20,00. Participe!